

243

Contribuição do setor da saúde no atendimento das vítimas e na prevenção da violência

Maria Helena Prado de Mello Jorge

Faculdade de Saúde Pública

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2001/02768-6

Vigência: 1/9/2002 a 31/1/2006

Objetiva-se elaborar uma política estadual de prevenção, redução e atendimento das diversas formas de violência, destacando o papel do Sistema Único de Saúde - (SUS) nas estratégias de intervenção programática, e no estabelecimento da vigilância epidemiológica dos fatores de risco. As violências causadas sob diversas formas (física, psicológica ou institucional), atingem diferentes segmentos da população, que, em casos extremos, quando não resultam diretamente em óbitos, recorrem aos serviços de saúde. A violência sexual e maltratos de crianças e adolescentes, a violência sexual e doméstica contra mulheres, maltratos de idosos são algumas das emergências atendidas continuamente nos serviços de saúde pública. As possíveis causas de diferentes formas de agressão fazem parte das discussões de cunho científico, político e do senso comum, diante das estatísticas de homicídios, sequelas e incapacidades resultantes, que delineiam em seu conjunto uma “epidemia da violência”. A Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) insere-se nesta discussão por meio de pesquisas e debates acadêmicos. A Secretaria de Estado da Saúde atua mediante seus serviços, ações e programas de prevenção contra a violência. Espera-se, da interação entre essas duas instituições, o conhecimento, avaliação e disseminação dessas ações, que possam vir a promover uma articulação dos serviços em toda a rede. O objetivo principal é o de estabelecer uma política pública na área da saúde, somando-se, assim, às demais ações dos diferentes setores da sociedade para a reversão do quadro atual.

244

Trabalho informal e acidentes do trabalho em Piracicaba

Ricardo Carlos Cordeiro

Faculdade de Medicina de Botucatu

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2000/13719-3

Vigência: 1/1/2002 a 31/5/2005

Os acidentes do trabalho constituem importantes problemas de saúde pública no Brasil, atingindo principalmente adultos jovens e causando elevado número de casos de invalidez e óbitos. Há fortes indícios de que a incidência de acidentes do trabalho oficialmente notifi-

cados ao Instituto Nacional de Seguridade Social esteja severamente subdimensionada, refletindo (e de maneira distorcida) apenas algo em torno de 1/5 dos acidentes de fato ocorridos. Este estudo caracteriza a real incidência de acidentes do trabalho em Piracicaba, dando ênfase para a superação da subnotificação entre os trabalhadores celetistas, e com especial atenção ao desvelamento do fenômeno na economia informal e entre os trabalhadores não protegidos pelo sistema de benefícios da previdência social. Com base nesse diagnóstico, serão elaboradas ações de vigilância e prevenção dos acidentes, dirigidas especialmente aos ambientes de trabalho e às ocupações em que se identificaram maiores riscos. O estudo será realizado no município de Piracicaba. Na primeira fase do estudo, os dados necessários serão obtidos por intermédio da realização de amostragem aleatória sistemática de conglomerados (domicílios residenciais) em setores censitários de baixa renda na zona urbana do município. Nos domicílios sorteados, serão levantadas informações para a caracterização socioeconômica e ocupacional de todos os moradores maiores de 10 anos, bem como a ocorrência de acidentes do trabalho entre eles nos últimos 90 dias. Os acidentes encontrados serão caracterizados quanto ao tipo, local de ocorrência, árvore de causas desencadeantes, lesões provocadas, dias de afastamento necessários para a recuperação etc. Na primeira fase do estudo serão contemplados cerca de mil domicílios. Com os dados coletados, serão traçados o perfil do trabalho informal no município, estimada a incidência real de acidentes do trabalho entre trabalhadores de baixa renda, sua distribuição segundo variáveis de interesse, bem como a magnitude do sub-registro de acidentes neste setor na cidade. A partir desta caracterização, será elaborado um programa municipal de controle dos acidentes do trabalho, identificando-se empresas e setores da economia que apresentem maior risco, bem como tipos de acidentes mais frequentes a serem priorizados no programa.

245

Interação entre universidade, organização não governamental e administração pública para o desenvolvimento de programas de pesquisa-ação objetivando a transformação de um bairro carente em comunidade saudável

Carlos Roberto Silveira Corrêa

Faculdade de Ciências Médicas

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2000/02027-3

Vigência: 1/1/2001 a 31/5/2004

Reconhece-se universalmente que o conhecimento é um instrumento de riqueza e de desenvolvimento

socioeconômico. Pretende-se instalar, em uma pequena comunidade próxima à Unicamp, Núcleos de Trabalho e Pesquisa (NTP) para desenvolver projetos de pesquisa e criar centros de ação educativa, com o objetivo de disseminar conhecimentos relevantes para introdução de melhorias nos setores de saúde, educação e cultura. Os NTP - que serão integrados por pesquisadores, profissionais ou representantes dos equipamentos sociais, estudantes universitários e moradores - atuarão, principalmente, por meio dos equipamentos sociais e de grupos de moradores, que serão especificamente treinados com uma orientação intersetorial para exercerem a função de agentes comunitários junto a cada uma das cerca de 5 mil famílias que habitam a região. Buscar-se-á, deste modo, definir modelos de atuação que permitam que a comunidade se aproprie de modo permanente dos resultados dos projetos de pesquisa. Essa estratégia tem por objetivo identificar e tentar remover alguns dos obstáculos que dificultam a introdução de melhorias no setor da saúde, educação e assistência, e busca contribuir na construção de um modelo que permita maior estreitamento nas relações entre universidade e sociedade. Por meio dessas atividades de pesquisa/demonstração, pretende-se conhecer melhor as formas de como a comunidade reage às ações propostas; como atuam os agentes comunitários; que mudanças e benefícios para a comunidade resultam dessa interação; e em que medida se cria maior consciência na comunidade sobre a contribuição dessas atividades para melhorar a sua condição social. Espera-se que os resultados alcançados sirvam de estímulo e de orientação para que outras comunidades reclamem ações semelhantes e para que órgãos públicos e organizações particulares passem a atender melhor a essa demanda, tendo em conta que já dispõem de uma estratégia de eficácia e custos conhecidos. Já foram iniciados entendimentos com Unicamp que devem conduzir a um convênio mediante o qual as atividades do programa sejam apoiadas pela universidade como prestação de serviços a comunidade, pretendendo-se que possam vir a fazer parte do treinamento em várias áreas profissionais. A presente proposta é uma parceria entre pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp), a Secretaria de Assistência Social do Município de Campinas e o Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (Ipes). Criado por um grupo de docentes e pesquisadores, o Ipes é uma instituição não governamental, apartidária, que tem como objetivo desenvolver projetos que visem utilizar o conhecimento científico em benefício direto da sociedade em geral e, mais particularmente, para as populações com menor poder aquisitivo.

Marco Akerman

Faculdade de Medicina do ABC

Fundação do ABC (FUABC)

Processo 2000/01961-4

Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O movimento por “Municípios saudáveis”, fomentado pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Panamericana de Saúde, é um movimento contemporâneo voltado para o desenvolvimento de políticas públicas urbanas, com ênfase na melhoria da qualidade de vida. No Brasil, os projetos “Municípios saudáveis” são recentes e se iniciaram nos anos 1990. Um dos aspectos críticos é a falta de instrumentos para avaliar e monitorar os projetos. Elaborar uma metodologia de avaliação de projetos “Municípios saudáveis” implica em reconhecer os diversos determinantes sociais de saúde e acordar múltiplas concepções sobre o processo saúde-doença. Tal avaliação deve levar em conta aspectos fundamentais, tais como, a equidade, a participação social e a intersectorialidade. Esta proposta pretende criar metodologias e instrumentos de avaliação do processo de implantação, implementação e impacto do projeto “Bertioga município saudável”. Esse projeto é resultado do convênio acordado entre a Universidade de São Paulo e a prefeitura de Bertioga, no qual ficou estabelecido o desenvolvimento de políticas públicas saudáveis por meio de modelos de gestão inovadores, enfatizando as ações intersectoriais, a participação social, o planejamento local e a otimização de recursos disponíveis. A estância balneária de Bertioga conta nove anos de existência como município independente, tendo sido distrito de Santos até 1991. Esta localizada no Estado de São Paulo, na região metropolitana da baixada santista, da qual fazem parte outros oito municípios. É uma das cidades com maior índice de crescimento do estado (14% ao ano/IBGE). Possui 482 km² e mais da metade destes faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar. De acordo com o IBGE (1998), a população fixa de Bertioga é de 18.320 habitantes, sendo que a população flutuante é de cerca de 250.000 turistas durante a alta temporada, que se estende de novembro a março. Nestes anos de existência, criaram-se duas realidades distintas: a da população dos condomínios de luxo e a da população pobre, excluída do acesso à moradia, às obras de infraestrutura, aos serviços básicos de educação, saúde e promoção social, o que causa uma relação predatória com o desenvolvimento sustentável na região.